

EDUCAÇÃO
INDÍGENA
NA ESCOLA E EM
OUTROS ESPAÇOS

EXPERIÊNCIAS
INTERCULTURAIS

Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

Editora Executiva

Prof.ª. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof.ª. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.ª. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.ª. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.ª. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.ª. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.ª. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.ª. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.ª. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.ª. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.ª. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Prof.ª. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.ª. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.ª. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.ª. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Adir Casaro Nascimento
Carlos Magno Naglis Vieira
Heitor Queiroz de Medeiros
(organizadores)

EDUCAÇÃO
INDÍGENA
NA ESCOLA E EM
OUTROS ESPAÇOS

EXPERIÊNCIAS
INTERCULTURAIS

MERCADO®
LETRAS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Educação indígena na escola em outros espaços : experiências interculturais / Adir Casaro Nascimento, Carlos Magno Naglis Vieira, Heitor Queiroz de Medeiros (organizadores). — Campinas, SP : Mercado de Letras, 2018. — (*Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador /* coordenação Maria de Lourdes Pinto de Almeida)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7591-467-0

1. Diversidade 2. Educação 3. Educação – Finalidade e objetivos 4. Espaços etnoeducacionais 5. Índios da América do Sul - Brasil – Educação 6. Letramento 7. Povos indígenas – Educação – Brasil I. Nascimento, Adir Casaro. II. Vieira, Carlos Magno Naglis. III. Medeiros, Heitor Queiroz de. IV. Almeida, Maria de Lourdes Pinto de. V. Série.

18-19380

CDD-371.829981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Educação indígena na escola e em outros espaços :
Educação 371.829981

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras
bibliotecária: Maria Alice Ferreira – CRB-8/7964
revisão final dos autores

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

2 0 1 8

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

Prefácio	
ESCOLA, EDUCAÇÃO E CENÁRIOS INDÍGENAS	9
<i>Genivaldo Frois Scaramuzza</i>	
<i>Josélia Gomes Neves</i>	
APRESENTAÇÃO	13
Parte I	
ESCRITOS/EXPERIÊNCIAS COM INDÍGENAS	
EM ESPAÇOS INDÍGENAS	
capítulo 1	
A PESQUISA COM E SOBRE CRIANÇAS NA ALDEIA	
PORTO LINDO E NA ÁREA RETOMADA DO YVY KATU,	
MUNICÍPIO DE JAPORÃ/MS	25
<i>Joaquim Adiala Hara, Júlio César Lopes e</i>	
<i>Beatriz dos Santos Landa</i>	
capítulo 2	
A ESCOLA ESTADUAL INDÍGENA DE ENSINO	
MÉDIO ANGELINA VICENTE/NIOAQUE-MS E O	
DECRETO 6.861/2009 DOS TERRITÓRIOS	
ETNOEDUCACIONAIS	55
<i>Daniele Lorenço Gonçalves, Marcelo Casaro Nascimento e</i>	
<i>Carlos Magno Naglis Vieira</i>	

capítulo 3	
AS PEDAGOGIAS INDÍGENAS NA RECREIAÇÃO DAS ESCOLAS.	77
<i>Eunice Dias de Paula e Kamoriwa'i Elber Tapirapé</i>	
capítulo 4	
DIÁLOGOS DE SABERES E PROTAGONISMO EM UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES KAINGANG/RS	103
<i>Bruno Ferreira, Iara Tatiana Bonin e Maria Aparecida Bergamaschi</i>	
capítulo 5	
ESPAÇOS E MODELOS DIVERGENTES: DILEMAS DA EDUCAÇÃO INDÍGENA DENTRO E FORA DA ESCOLA	127
<i>Rosani de Fatima Fernandes, Assis da Costa Oliveira e Jane Felipe Beltrão</i>	
capítulo 6	
A IMPORTÂNCIA DO ATO CONJUNTO DE EXPERIMENTAR UM PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA MUNDURUKU	151
<i>Judite Gonçalves de Albuquerque, Lucimar Luisa Ferreira, Águeda Aparecida da Cruz Borges, Jairo Saw Munduruku, Claudeth Saw Munduruku, Cailo Almeida, Izabel Gobbi e André Ramos</i>	
capítulo 7	
AS REGRAS MORAIS DO <i>TEKO MARANGATU</i> E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS KAIOWÁ: BREVES NOTAS SOBRE EXERCÍCIOS DE OBJETIFICAÇÃO DA CULTURA	179
<i>Eliel Benites, Veronice Lovato Rossato e Levi Marques Pereira</i>	

capítulo 8
CRIANÇAS NOSSAS DE CADA DIA: ESPAÇOS,
CUIDADOS E BRINCADEIRAS NO CAMINHAR
DA INDEPENDÊNCIA 211
Antonio Carlos Seizer da Silva e
Adir Casaro Nascimento

capítulo 9
O POVO TERENA E A EDUCAÇÃO ESCOLAR
INDÍGENA DIFERENCIADA E BILÍNGUE EM
MATO GROSSO DO SUL 231
Edineide Bernardo Farias e Heitor Queiroz de Medeiros

Parte II
ESCRITOS/EXPERIÊNCIAS EM ESPAÇOS INDÍGENAS

capítulo 10
ALFABETIZAÇÃO NUMA ESCOLA BORORO:
EXPERIÊNCIA DE SABER E SABOR. 259
Leila Aparecida de Souza e Ana Maria Rabelo Gomes

capítulo 11
BRINCAR E EDUCAR: PERSPECTIVAS DA
INFÂNCIA INDÍGENA NO BRASIL 289
Beleni Saléte Grando

capítulo 12
O DISCURSO COLETIVO DE PROFESSORES
INDÍGENAS EM FORMAÇÃO CONTINUADA
MEDIADA PELAS TECNOLOGIAS 315
Maria Cristina Lima Paniago, Rosimeire M. Régis dos Santos e
Katia Alexandra de Godoi e Silva

capítulo 13
EDUCAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA EM MATO GROSSO:
EXPERIÊNCIAS E NOVAS POSSIBILIDADES. 335
Elias Januário e Fernando Selleri

capítulo 14	
A ALDEIA LARANJEIRA ÑANDERU E A SITUAÇÃO DE ACAMPAMENTO: A EDUCAÇÃO INDÍGENA ENTRE O ESPAÇO FORMAL E INFORMAL	357
<i>José Paulo Gutierrez, Antonio Hilário Aguilera Urquiza e Tania Milene Nugoli Moraes</i>	
capítulo 15	
MONTANDO CADEIAS ALIMENTARES: UMA PROPOSTA LÚDICA USANDO A BIODIVERSIDADE LOCAL E O CONHECIMENTO TRADICIONAL DO POVO XIKRIN	383
<i>Jaime Ribeiro Carvalho Júnior, Luiza Nakayama e Flávio Bezerra Barros</i>	
capítulo 16	
POR UMA ESCOLA INDÍGENA DIFERENCIADA EM RONDÔNIA	407
<i>João Carlos Gomes</i>	
capítulo 17	
ETNOGRAFÍA DE LA SEGREGACIÓN ESCOLAR	431
<i>Nicanor Rebolledo</i>	
SOBRE OS AUTORES	459

Prefácio

ESCOLA, EDUCAÇÃO E CENÁRIOS INDÍGENAS

Saberes próprios, epistemologias indígenas, processos próprios de aprendizagens, concepções de educação, histórias outras, “cosmovidas”, “cosmocorpos”, “cosmotopos”, infâncias indígenas, diferenças indígenas, escolas indígenas, tempos de aprendizagens, tempos de ensino, territorialidades, desterritorialidades, performance, escola e vida, atividades docentes, comunidade. De forma apropriada, encontramos no conjunto de textos que compõe este livro, reflexões que partem de experiências distintas, mas que em seu conjunto, nos possibilitam compreender os desafios que constitui a escola/educação indígena.

Os cenários apresentados pelos autores e autoras nesta obra, mostram possibilidades de feitura de uma escola que quer ser uma (des)continuidade da escola moderna. Essas tessituras textuais contribuem para pensarmos, junto as comunidades indígenas, planos, ações, direções, propostas que busquem decolonizar os paradigmas presentes e persistentes que dominam discursos escolares e que sustentaram/sustentam práticas sociais de diferenciações, discriminações, segregações, inferiorizações que adjetivam as diferenças e as caracterizam como as estranhas da suposta normalidade moderna.

Aprendemos com os povos indígenas a desconfiar das narrativas constituidoras da modernidade, das estratégias homogeneizadoras que objetivam descaracterizar/inferiorizar as epistemologias indígenas e o conjunto de pressupostos pedagógicos inerentes a esse processo. Olhando para os processos violentos de colonização e seus efeitos, povos indígenas ao se reconhecerem outros, buscaram apropriar-se de muitos elementos que este evento de encontro possibilitou, no entanto, diferentes significados foram/são dados as estruturas coloniais, a escola é uma dessas traduções.

Nossa singela experiência de aprendizagens em conjunto com os povos indígenas do norte do Brasil, tem nos permitido, antes de qualquer propositura, (des)construirmo-nos enquanto pessoa. Esse efeito de desconstrução vem permitindo observar com lentes mais apropriadas os desafios da escola indígena frente às políticas públicas, frente às estranhas tendências pedagógicas inadequadas que engessam o avanço da interculturalidade como proposta escolar. Essas aprendizagens são possíveis pela escuta, pela observação, pelos ensinamentos de intelectuais indígenas e interculturais que em nosso meio faz-nos perceber que o que temos em mãos é uma insipiente e talvez impertinente versão de verdade.

Argumentos desestabilizadores podem ser observados a partir de contribuições indígenas. Zacarias Kapiar Gavião (*in*: Scaramuzza 2009) nos lembra que “a educação para o povo indígena ela não se dá por conta de uma estrutura física, uma casa, a educação ela é o dia-a-dia. A educação para o povo Gavião ela não surgiu no momento que aquela pessoa, um branco veio e disse: vamos estudar, vamos educar, ali para nós simplesmente foi uma coisa diferente”. Esse fragmento extraído de “conversas/entrevistas” Gavião, interpela/apela para ampliar nossas percepções epistemológicas do que é a educação indígena.

Aprendemos que a escola, um ambiente que em muitos contextos aparece fechada para si, com estruturas frias, artefatos que supostamente são os únicos capazes de produzirem aprendizagens, não deixou de ser escola nos muitos contextos indígenas que

conhecemos, porém, tem sido conceitualmente ampliada como espaço de ensino e aprendizagens.

Os professores e professoras indígenas têm oferecido críticas consistentes aos pressupostos pedagógicos de cartilha que foram produzidos e fundamentados na escola tradicional. Não veem sentido em aprendizagens que não possuem relação com suas histórias, com suas memórias e que, em seu conjunto, não parecem capazes de produzir uma emancipação sustentada em suas diferenças (Laclau 2011). Esses e essas professoras têm contestado as estratégias de ensino e aprendizagens apenas referenciadas pelas ciências ocidentais, por que essas, segundo o que sabemos, não dá atenção ao cosmo, à espiritualidade, as múltiplas formas de aprender que são sustentadas em ações/relações/proporções desconhecidas e não capturadas pelas estratégias metodológicas de nossas ferramentas acadêmicas de pesquisa. Essas aprendizagens são propostas de intelectuais indígenas que mostram a existência de processos próprios que inferem/interferem/proferem outro modo de fazer escola ao conectar o saber para além do visível e mensurável.

Outros modos de aprender e ensinar são temas/lemas/problemas de pesquisas os quais autorizam os autores e autoras dos múltiplos textos do livro a comporem, sem pretensão de verdade, discussões que contribuem para a percepção atual de como as práticas indígenas sobre/na escola tem sido importante para, desde dentro, repensar a colonialidade e seus efeitos. A Colonialidade é vista aqui como, toda a estrutura física e simbólica (im)posta e proporcionada por um encontro desigual, somente possível em contextos com a presença de colonizador/colonizado, invasor/invadido (Freire 1999; Quijano 2005).

Os efeitos desse processo, além da descaracterização dos modos de vidas de muitos povos indígenas, “imposição” de instituições, atacaram de forma corrosiva as “epistemologias guias” que estruturavam o saber, o ensino e a aprendizagem nestes contextos. No entanto, as novas identidades indígenas, como, por exemplo, os/as professores/as, ao se produzirem hifenizados, no “entre-lugar”

da cultura (Bhabha 2003), se apropriam de saberes eurocêntricos ao tempo que mostram a articulação, negociação desses saberes aos sistemas de significação de suas tradições (Hall 2011).

Eliel Benites, um dos autores que compõem essa obra, em um trabalho-chave para a compreensão da dimensão dos processos próprios de aprendizagens indígenas, sustenta que “[...] Os espaços onde se aprendem a ler e escrever são as salas de aulas [...], mas dialogando com os saberes indígenas. O diálogo, neste sentido, permite a compreensão crítica da epistemologia do conhecimento ocidental, da visão do outro a partir do seu regime de verdade, seus caminhos e suas lógicas” (Benites 2014, p. 122).

A propositura do diálogo lembra os lugares ocupados pelos distintos saberes na escola indígena, pois, ela (a escola) é o lugar privilegiado onde se visualiza essas relações. Desnaturalizar o saber como narrativas de verdades tem possibilitado que os professores/professoras indígenas, bem como, suas comunidades redesenhem os conceitos que sustentam suas aprendizagens no contexto escolar, propondo formas e modelos que se distingue das “sugestões” das ciências eurocêntricas.

A percepção da potência epistemológica inerentes aos conhecimentos indígenas tem ajudado a compor os novos territórios do saber na escola indígena. Os novos processos de territorialização estão para além do sentido “topos”, e se processam em um “éthos” que busca estruturar memórias, práticas, fazeres, rituais, noções de infâncias/juventudes/velhices que em resumo, constituem o que a intelectual indígena Aimará, Silvia Rivera Cusicanqui (2010) chamou de “horizontes históricos”.

Enfim, as leituras disponibilizadas na referida obra, possibilitaram além de entrelaçamentos de temas - urgentes e necessários aos Povos Indígenas, dialogicidades a partir das lentes teóricas de pensadores e pensadoras indígenas e não indígenas do Brasil que mostram múltiplas trajetórias de caráter intercultural. Trajetórias que explicitam diversas temporalidades, experiências e localidades, todas igualmente importantes referentes a construção e compreensão da educação escolar indígena.

Um esforço intelectual que pode produzir elaborações coletivas significativas. Conhecimentos próprios, epistemologias adequadas às problemáticas apresentadas por nosso contexto latino americano. Talvez as possíveis respostas do Sul no dizer de Boaventura (Santos e Meneses 2010). A esse respeito, nunca é demais lembrar que a concepção de educação escolar indígena em seu caráter conceitual, na perspectiva de suas especificidades e diferencialidades, sugerem a possibilidade de propor saberes autorais neste sentido.

Assim, avaliamos que os textos ora disponibilizados mobilizarão pensares e fazeres em perspectiva crítica sobre a atual temática educacional indígena. Que nos interpelarão trazendo elementos inquietantes que denunciam que às vezes nossa forma de produzir vivências interculturais precisam ser desconstruídas cotidianamente já que persiste ainda uma mentalidade colonial geradora de um multiculturalismo neoliberal apresentado como interculturalidade puramente funcional (Walsh 2009).

A escola indígena se põe assim, em um horizonte que mostra ser ela um instrumento de vida, de luta contra inúmeros discursos públicos que são eles mesmos, retroalimentados por ciclos conservadoristas que tendem a limitar a capacidade criadora da cultura, expressões do silêncio que tratam como sinônimos diferenças e desigualdades. Estamos certos que os textos aqui presentes, oferecem ferramentas, conceitos, epistemologias de lutas, são antes de tudo, atividades políticas que criticamente nos ajudam a seguir em conjunto com os povos indígenas, rumo a uma interculturalidade radicalmente crítica.

Genivaldo Frois Scaramuzza

(Universidade Federal de Rondônia – UNIR)

Josélia Gomes Neves

(Universidade Federal de Rondônia – UNIR)

Referências

- BENITES, Eliel (2014). *Oguata pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena da reserva indígena te'yikue*. Dissertação de Mestrado em Educação. Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco – UCDB.
- BHABHA, Homi K. (2003). *O local da cultura*. Belo horizonte: UFMG.
- CUSICANQUI, Silvia Rivera (2010). *Violencias (re)encubiertas en Bolivia*. La Paz: Editorial Piedra Rota.
- FREIRE, Paulo (1999). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HALL, Stuart (2011). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- LACLAU, Ernesto (2011). *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- QUIJANO, Anibal (2005). “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina”, in: LANDER, Edgardo *Colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas*. Buenos Aires: Clacso.
- SCARAMUZZA, Genivaldo Frois (2009). *Os espíritos perdem o couro*. Dissertação de Mestrado em Geografia. Porto Velho: Núcleo de Ciências e Tecnologia. Universidade Federal de Rondônia.
- SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (orgs.) (2010). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Editora Cortez.
- WALSH, Catherine (2009). “Interculturalidade crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver”, in: CANDAU, Vera (org.) *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, pp. 12-43.

APRESENTAÇÃO

As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico nas relações de poder envolvidas. (Grosfoguel 2010, p. 387)¹

A ideia e realização do livro *Educação Indígena na Escola e em outros espaços: experiências interculturais*, acontece pela necessidade e, sobretudo, pelo desejo do Grupo de Pesquisa Educação e Interculturalidade, da linha de pesquisa Diversidade Cultural e Educação Indígena do Programa de Pós Graduação Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Católica Dom Bosco, do Observatório da Educação/Educação Indígena/UCDB e, ainda, o Programa Ação Saberes Indígenas na Escola/SECADI/MEC de dar visibilidade aos conhecimentos produzidos por pesquisadores indígenas e não indígenas tendo como referencial os saberes indígenas em diálogo com saberes não - indígenas, produzidos em outros contextos, com outras vivências e experiências.

1. Grosfoguel, Ramón (2010). “Para descolonizar os estudos da economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global”, in: Santos, Boaventura de Souza e Meneses, Maria Paula *Epistemologias do Sul*. Rio de Janeiro: Almeida.

Nesta perspectiva todos os autores que aqui participam fazem uma trajetória no campo da hibridez e da produção da interculturalidade, tendo como foco uma ambivalência de constante construção e desconstrução de conhecimentos. A realização de pesquisas indígenas tem possibilitado os saberes indígenas, saberes outros até então silenciados na academia, mas vivo e atuante no cotidiano das comunidades, que flui e se ressignifica pela oralidade, pelas atitudes, pelos fazeres tendo acesso e espaço nos grupos de pesquisa, nos programas de mestrado e doutorado, bem como nas formações iniciais e continuadas.

Por outro lado, mas não na contramão, pesquisadores não-indígenas têm sido afetados por enunciados epistemológicos até então ignorados ou desconhecidos pelo longo processo da modernidade/colonialidade, colocando em crise as certezas da racionalidade, da homogeneização, das metanarrativas, da monocultura no campo da/s ciência/s, das metodologias investigativas sobre e não com os povos indígenas, das pedagogias, das políticas públicas.

Assim os 17 textos que compõem este livro trazem relatos de diversas experiências vividas nas escolas e em outros espaços construídas no diálogo entre pesquisadores de cosmovisões diversas que aceitam o desafio de escreverem as suas vivências e transformações/ressignificações de suas identidades e saberes/conhecimentos, fazendo dos mesmos um “entre-lugares” onde racionalidades, afetos, espiritualidades, culturas e natureza abrem suas fronteiras na produção de um novo conhecimento, um conhecimento outro para enriquecer os chamados conhecimentos universais, que historicamente subalternizaram os conhecimentos indígenas (além de outros) por terem sido colocados, pelas/nas relações de poder entre colonizados e colonizadores, como inferiores e não científicos.

Os textos têm como origem diversos espaços no Brasil e um do México, com narração de histórias vividas nas escolas e fora delas, na maioria deles em coautorias com pesquisadores/intelectuais indígenas, mas que em todos há um esforço intelectual, político e

acadêmico da não hierarquia, da não binaridade e fragmentações das reflexões e conhecimentos produzidos nos diversos programas e ações que representam. É importante ressaltar que os capítulos produzidos representam o olhar/a reflexão/o ponto de vista dos autores sobre o estudo e não uma posição dos organizadores do livro.

O livro está dividido em duas partes, sendo que a primeira se constitui de coletâneas que buscam articular as pesquisas desenvolvidas nos espaços indígenas em parceria com pesquisadores/intelectuais indígenas. A segunda tem como proposta apresentar as discussões de pesquisadores não indígenas que desenvolvem estudos com povos indígenas em seus contextos.

O texto que abre as discussões sobre a primeira parte do livro – *Escritos/Experiências com indígenas em espaços indígenas*, de autoria de Joaquim Adiala Hara, Júlio César Lopes e Beatriz dos Santos Landa que tratam da *pesquisa com e sobre crianças na aldeia Porto Lindo e na área retomada do YyKatu, município de Japorá/MS*. Os autores discutem uma pesquisa centrada nas infâncias e crianças indígenas cujas vivências e aprendizagens, passando pelas diferenças que caracterizam esse momento da vida nos distintos ambientes da comunidade. Refletem essas questões a partir do Programa Observatório da Educação – núcleo UCDB/Obeduc/Capes –, com o projeto “*formação de professores indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: relação entre territorialidade, processos próprios de aprendizagem e educação escolar*”. Os autores vêm percebendo que nesse processo aparecem os impasses, negociações, avanços, metodologias e mostra perspectivas da função social das crianças indígenas nos espaços fronteiriços de trocas de saberes – vivência cotidiana e da escola.

A escola estadual indígena de ensino médio Angelita Vicente/Nioaque-MS e o Decreto 6.861/2009 dos Territórios Etnoeducacionais, dos autores Daniele Lourenço Gonçalves, Marcelo Casaro Nascimento e Carlos Magno Naglis Vieira, analisam o arcabouço documental do Decreto nº 6.861/2009, que trata das Diretrizes para a Educação Escolar Indígena por Território Etnoeducacional, não somente como garantia de princípio

constitucional aos processos próprios de ensino e aprendizagem, mas estabelecem rumos que pode contribuir para a consolidação de uma escola efetivamente diferenciada. Tal Decreto se configura como uma conquista política e social, além de alargar mais um passo para o protagonismo indígena.

O texto de *Eunice Dias de Paula e Kamoriwa'i Elber Tapirapé: As pedagogias indígenas na recriação das escolas* evidenciam os estudos das escolas do povo Apyãwa, também conhecidos como Tapirapé. O Intento é perceber que as pedagogias próprias são consideradas como direitos já assegurados e ao mesmo tempo, o texto leva em consideração os conflitos que envolvem as instâncias que ofertam a educação escolar. A importância do uso e a apropriação das pedagogias indígenas evidenciam uma configuração de inovação educacional, e com isso, as escolas são reinventadas. Além disso, circunscrevem os traços culturais próprios que contribuem nesse processo.

Em *Diálogos de saberes e protagonismo em uma experiência de formação de professores Kaingang/RS*, texto de Bruno Ferreira, Iara Tatiana Bonin e Maria Aparecida Bergamaschi, destacam as conquistas na Constituição de 1988, que se expressam em múltiplas formas de lutas e reivindicações, e ecoam experiências como o processo de formação de professores Kaingang, no âmbito do programa/ação *Saberes Indígenas na Escola*, no Rio Grande do Sul, do núcleo local coordenado pela UFRGS. Nesse movimento a escola é sacudida e transformada por dentro nas lógicas distintas pensadas a partir de saberes próprios respaldados em sua cosmo-ontologias das vivências locais.

Rosani de Fátima Fernandes, Assis da Costa Oliveira e Jane Felipe Beltrão em seu texto *Espaços e modelos divergentes: dilemas da educação indígena dentro e fora da escola*, analisam a educação escolar indígena e seus sistemas de educação, tomando como exemplo, as experiências dos povos Kaingang, Tembê, Tenetehara e kykatêjê. Sobretudo, os paradoxos do reconhecimento em conflito, que envolvem os princípios que fundamentam os aspectos acerca dos preceitos da autonomia educacional indígena e do bilinguismo.

Perpassam por questões ambíguas como os enfoques educacionais – indígena e universal, enfatizando duas instâncias: a diversidade e a diversidade das culturas educacionais dos povos indígenas. Considerando a lógica da afirmação do “direito epistêmico”.

A pesquisa de Judite Gonçalves de Albuquerque, Lucimar Luisa Ferreira, Águeda Aparecida da Cruz Borges, Jairo Saw Munduruku, Claudeth Saw Munduruku, Cailo Almeida, Izabel Gobbi e André Ramos *A importância do ato conjunto de experimentar um processo de alfabetização na língua Mundurucu*, mostram a experiência no tempo-escola nas ações do Projeto IBAOREBU sobre a alfabetização em língua materna, do povo Mundurucu. O Projeto trabalha com a lógica de ‘tempo Comunidade’ e o ‘Tempo Escola’, considerando que nesses períodos distintos e complementares, o trabalho fora da escola é parte essencial dos cursos, assim como a participação das famílias e das lideranças. O que se percebe é a diversidade de saberes indígenas.

Em *As regras morais do Teko Marangatu e suas implicações na educação da criança Kaiowá: breves notas sobre exercícios de objetificação da cultura*, Eliel Benites, Veronice Lovato Rossato e Levi Marques Pereira, discutem sobre as regras *Teko Marangatu*, conjunto de operações e princípios éticos/morais, que foram sistematizadas em 2001 por Eliel Benites que foram/são consideradas como o modo perfeito/incorruptível de se viver, articulado aos antepassados históricos, e encentrais míticos que habitam os outros patamares do cosmo. Essas regras se potencializam nas narrativas, e que têm por finalidade servir de parâmetro para a conduta das pessoas, da convivência social e produz uma matriz do sistema social próprio. Tais regras são consideradas também como fundamento educativo, no sentido de orientar a prática social.

Leila Aparecida de Souza e Ana Maria Rabelo Gomes com o escrito intitulado *Alfabetização numa escola Bororo: Experiência de saber e sabor* abrem a segunda parte deste livro. As autoras apresentam experiências de alfabetização bilíngue com receitas típicas da culinária Bororo, numa perspectiva teórico-prática, onde o registro escrito dos saberes culinários, também podem ser

saboreados, propiciando aprendizagem com ações pedagógicas que se desdobram e interagem a partir dos bens culturais da sociedade Bororo, perpassando por seus processos educativos que propagam seus modos de viver num círculo ampliado das relações sociais.

No texto, *Crianças nossas de cada dia: Espaços, cuidados e brincadeiras no caminhar da independência*, Antonio Carlos Seizer da Silva e Adir Casaro Nascimento discorrem a respeito do processo de construção das crianças/infâncias indígenas, em especial das crianças Terena evidenciando os diversos espaços que essas crianças transitam, bem como os cuidados que os adultos e as crianças “mais velhas” têm com as crianças dependentes, numa rede de cuidados que englobam o parentesco sanguíneo e por afinidades.

Em *Brincar e Educar: Perspectivas da infância indígena no Brasil*, Beleni Saléte Grando no diálogo com os estudos da Antropologia da Criança problematiza o brincar e o educar da criança nas sociedades indígenas, tendo o primeiro como uma ação imbricada da educação indígena familiar e das relações étnicas, com sentidos e significados na função social e cosmológica. O brincar é uma ação séria que pode ocorrer em diversos locais da comunidade, com artefatos dos mais variados, não havendo espaço próprio, nem momento da brincadeira, podendo ocorrer concomitantemente às atividades na roça e/ou reuniões decisórias, visto que as crianças estão por todos os lugares na comunidade indígena.

Maria Cristina Lima Paniago, Rosimeire Martins Régis dos Santos e Kátia Alexandra de Godoi e Silva, no texto *O discurso coletivo de professores indígenas em formação continuada mediada pelas tecnologias*, analisam o discurso coletivo dos professores da etnia Terena que participam de formação continuada que tem o intuito de problematizar as implicações e as possibilidades do uso das tecnologias da comunicação e informação e as redes sociais no campo educacional. O texto aborda o discurso coletivo mediado pela rede social Facebook e como esses discursos são de apropriação tecnológica e pedagógica, sem negligenciar a afirmação étnica e identitária de alunos e professores.

As discussões de Elias Januário e Fernando Selleri em *Educação Superior Indígena em Mato Grosso: Experiências e novas possibilidades* buscam historicizar a formação superior de indígena no Mato Grosso, apresentando os avanços através do lugar ocupado pelos egressos das formações nas atividades educacionais de suas comunidades e principalmente, quais as perspectivas desses profissionais nos campos pedagógicos e administrativos a partir do instante que assumem cargos de docência, coordenação e gestão das escolas indígenas.

O texto *A Aldeia Laranjeira Ñanderu e a situação de acampamento: A educação indígena entre o espaço formal e informal*, de José Paulo Gutierrez, Antonio Hilário Aguilera Urquiza e Tania Milene Nugoli Moraes apresentam a escolarização de indígenas Guarani e Kaiowá em situação de acampamento no Estado do Mato Grosso do Sul, destacando principalmente o contexto onde esta “educação formal” acontece: escolas com uma distância significativa da aldeia; com professores não indígenas e sem, e/ou nenhuma prática intercultural. Vale destacar que o texto é embasado em referenciais indígenas, numa correlação entre espaço formal e informal, corroborado pela participação comunitária.

Jaime Ribeiro Carvalho Júnior, Luiza Nakayama e Flávio Bezerra Barros, em seu capítulo *Montando cadeias alimentares: Uma proposta lúdica usando a biodiversidade local e o conhecimento tradicional do povo Xikri*, buscam trabalhar com a perspectiva da Etnoecologia dos Xikrin do Bacajá, enfatizando recursos naturais e a biodiversidade dos ambientes. Para o entendimento das cadeias alimentares há uma exaustiva pesquisa quanto à cosmologia e cosmovisão dos Xikrin; e com eles construíram cadeias tróficas, estabelecendo relações de consumidores primários, secundários e terciários num esforço de imbricar conhecimentos tradicionais e científicos, valorizando os conhecimentos prévios dos alunos.

O texto de Nicanor Rebolledo intitulado: *Etnografia da segregação escolar: crianças indígenas nas escolas da cidade do México*, realiza reflexões a respeito da segregação, racismo e discriminação praticados contra estudantes indígenas do ensino

básico em escolas da Cidade do México, sendo praticada por estudantes não indígenas e por professores, ocasionando fugas dos estudantes indígenas das escolas do Distrito Federal. O autor destaca a necessidade imediata da aproximação dos docentes a temática intercultural e um descentrar das concepções racistas dos professores a fim de promover uma escolarização que possa contribuir com as comunidades indígenas.

João Carlos Gomes em seus escritos intitulado: *Por uma escola indígena diferenciada em Rondônia*, apresenta reflexões de práticas e saberes experienciados na Licenciatura em Educação Básica Intercultural da Universidade Federal de Rondônia que atende 23 etnias e os reflexos do processo de formação de professores das escolas indígenas no Estado de Rondônia. Unidades escolares que ainda não possuem a categoria “escola indígena” não sendo observados os pilares da educação escolar indígena em seus projetos políticos pedagógicos, não sendo trabalhados em suas práticas pedagógicas o ensino da língua indígena, nem as metodologias e os processos próprios de aprendizagem.

Em *Opovo Terena e a educação escolar indígena diferenciada e bilíngue em Mato Grosso do Sul*, de Edineide Bernardo Farias e Heitor Queiroz de Medeiros, analisa como as crianças Terena da Aldeia Buriti na Terra Indígena Buriti, no município de Dois Irmãos do Buriti em Mato Grosso do Sul transitam entre os saberes da educação escolar e os conhecimentos tradicionais Terena no seu primeiro contato escolar.

Agradecemos a colaboração dos doutorandos Jonatha Daniel dos Santos e Rozane Alonso Alves e os pós-doutorandos Lucilene Júlia da Silva e Antonio Carlos Seizer da Silva na editoração do livro.

Que possamos, como militância acadêmica, ampliar os espaços de participação legítima das ciências indígenas nas academias, nas escolas, nas instituições públicas e onde mais for direito.

Os organizadores